

4. As parcerias do convênio: Vozes Institucionais em Contraponto

Conforme mencionamos anteriormente, o Convênio entre a Escola de Línguas e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que analisamos foi assinado em dezembro/2001 e posteriormente publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em Janeiro 2002. Desde então, neste Documento Jurídico, fixaram-se as metas que deram origem à parceria, as atribuições comuns e específicas de cada parte envolvida bem como o seu período de vigência.

O foco do capítulo se desdobra em dois momentos: análise das responsabilidades e dos comprometimentos dos responsáveis pela implementação e execução do convênio. Para isso, analisamos os documentos escritos e as entrevistas individuais. Temos por objetivo analisar como os papéis institucionais do contexto público e do privado emergem nos enunciados e contrapõem discursos pedagógicos no âmbito da polifonia discursiva. Tratamos, por consequência, de analisar o dialogismo que percebemos entre as entrevistas dos participantes e dessas com os documentos que compõem o estudo.

A seguir, apresentamos as orientações de análise para o primeiro documento do nosso estudo⁴⁴

4.1. Análise dos Documentos Escritos

Os documentos que constituem o foco de análise são os seguintes:

- Cópia do Contrato Jurídico que descreve as cláusulas do convênio (Convênio 06/2008);
- Circular da Diretoria de Educação Fundamental da SME para a Diretoria da Coordenadoria Regional de Educação (E/EDGED/DEF n.142)

⁴⁴ Ver anexos 2.1 e 2.2 .Documentos de entidade pública. Oportunamente, complementaremos a nossa análise de dados com excertos de outros documentos de entidade pública e privada pertinentes nesta pesquisa.

A seguir, apresentamos a primeira orientação de análise para o primeiro documento do nosso estudo.

4.1.1. Objetivo, prazo e envolvidos

Observamos que a parceria e o objetivo do convênio aparecem no início do documento, ratificando a atribuição comum aos dois participantes (*Convênio que celebram entre si o Município X e a Escola X de Línguas objetivando o oferecimento de curso gratuito de língua inglesa para crianças e adolescentes carentes da Cidade X*). A vigência do Convênio será de dois anos contados a partir da assinatura correspondente a data de início do mesmo.⁴⁵ Desse ponto em diante, passamos a analisar o contrato social no âmbito das vozes institucionais e de suas respectivas responsabilidades, nossa segunda perspectiva analítica.

4.1.2. As vozes institucionais e as responsabilidades

As vozes institucionais do contexto público e privado que emergem no documento são analisadas à luz das responsabilidades e comprometimentos de ambos nesse projeto. No cotejo da responsabilidade institucional por um enunciado, retomamos a Teoria Polifônica de Ducrot (1987) para discutir as implicações desse quadro teórico na análise desse documento. Em oportunidades anteriores (cf.2.4.3), Ducrot (1987:183) nos esclarece sobre a importância da assinatura em estabelecer a identificação entre o locutor indicado no texto e o

⁴⁵ Ver anexo 2.1–parágrafo primeiro, da cláusula 1ª do Contrato do Convênio da SME/Prefeitura do Rio de Janeiro.

indivíduo empírico. Por isso, na análise de documentos escritos, verificar a autenticidade das assinaturas dos seus responsáveis é crítico.

Nesse documento jurídico, as vozes institucionais pública e privada são representadas, respectivamente, pela secretária municipal de educação e do presidente da escola de línguas (**cf. Anexo 2.1**) . No momento em que assinam o documento junto a suas respectivas testemunhas, ratificam seus papéis institucionais e chancelam a execução do convênio no âmbito do *cumpra-se*.

No entanto, delegam às respectivas instâncias competentes as responsabilidades enumeradas nas cláusulas terceira e quarta que passamos a analisar:

As responsabilidades que envolvem a Prefeitura são as seguintes:

- a) Indicação de uma unidade escolar⁴⁶ para a realização das atividades pedagógicas do convênio;
- b) Salvaguardados os respectivos critérios, selecionar alunos considerados carentes, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que farão jus à bolsa de estudos;
- c) Fiscalização e supervisão⁴⁷ do cumprimento das metas previstas no Convênio.

Podemos constatar que, numa primeira instância, as responsabilidades da Prefeitura estão inscritas essencialmente no âmbito administrativo. No entanto, assim que tivemos acesso a esse documento, fomos informados por Elisa, a Supervisora de Inglês do Município, de que, na verdade, são as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e não a SME responsáveis pela designação das escolas-pólo para alocar o projeto. Também são as CREs co-responsáveis, junto às gestoras das escolas-pólo, pela seleção dos alunos e fiscalização do projeto.

⁴⁶ Todas as unidades escolares (UEs) designadas para alocar o projeto são escolas-pólo da Prefeitura., totalizando sessenta e oito unidades em toda a rede municipal de ensino.

⁴⁷ Apresentamos os principais instrumentos de controle neste convênio: a) foco no docente: folha de ponto na unidade escolar, avaliação anual do docente pelas gestoras escolares; b) foco no aluno: controle de frequência mensal enviado por fax à CRE correspondente

Passamos a analisar alguns dos itens referentes às responsabilidades que envolvem a Escola de Línguas:

a)Fiscalização e supervisão da prestação dos serviços educacionais prestados⁴⁸; juntamente com o município;

b)Escolha do conteúdo programático do curso, além da verificação da frequência e avaliação dos alunos.

c)Assumir todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária dos recursos humanos utilizados para o fim do convênio:

d)Testar a proficiência na língua inglesa dos alunos e alocá-los em turmas de no máximo vinte alunos⁴⁹;

e) emitir certificado de conclusão nos níveis cursados no Curso Standard;

f) organizar o curso de modo a atender os alunos selecionados, da 1ª à 10ª Coordenadoria Regional de Educação;

Dos pontos abordados acima, destacamos a natureza pedagógica nas atribuições nos enunciados dos itens *b,d,e*, e atribuímos às duas últimas enfoque do contexto privado de ensino de línguas. Sobre as responsabilidades do Convênio, na esfera privada, constatamos que essas se inscrevem na ordem administrativa e pedagógica. Todas as atribuições mencionadas acima cabem de fato à Supervisão Acadêmica. Além disso, constatamos que as vozes do público e do privado se sobrepõem, dialogam no que se refere à fiscalização e controle da execução do projeto.

A seguir, passamos a analisar as concepções de discurso sobre o ensino de inglês que, por sua vez, configuram a terceira orientação de análise do contrato.

⁴⁸ No contexto privado, os professores dispõem de cartões dos alunos por semestre. Neste, são registradas a frequência, as notas das avaliações, e remetidas ao final de cada semestre ao Departamento Acadêmico junto com as notas das provas regulares

⁴⁹ É importante ressaltar o fato de que na composição das turmas, no primeiro nível, não há teste de nivelamento com os alunos. Os mesmos são alocados pela Direção Escolar em horário contraturno. Este procedimento só é feito quando há vagas nos níveis seguintes (Basic 2, Basic 3, Teens I , Teens II, Teens III)

4.1.3. Concepções de discurso sobre ensino de inglês

As vozes do contexto público e privado articulam, polifonicamente, diferentes concepções sobre ensino de inglês, na segunda cláusula do convênio:

O presente Convênio tem por **meta** o ensino da Língua Inglesa mediante a estimulação e exercício das habilidades escrita, oral, auditiva e interpretativa, além de contribuir também para a conscientização da importância do domínio do idioma em foco como mecanismo de acesso ao mercado de trabalho.

Quadro 1.

Nesse segmento identificamos, textualmente, o discurso da abordagem comunicativa com base no enfoque das quatro habilidades linguísticas: escrita, oral, auditiva e interpretativa, voz corrente nas escolas de línguas na rede privada. Em seguida, identificamos o discurso da empregabilidade no atual ensino de inglês como “mecanismo de acesso ao mercado de trabalho”.

O discurso da ação social do Convênio está, por sua vez, presente na primeira cláusula do Documento Jurídico gerado na parceria entre Prefeitura e a Escola de Línguas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por **objeto** o oferecimento de um curso gratuito de ensino de Língua Inglesa – Curso Standard – a 2000 (duas mil) crianças e adolescentes carentes da Cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 2.

O objeto do Convênio e a caracterização do público alvo no trecho acima refletem os objetivos de um projeto de ação social segundo os parâmetros da Lei

Orgânica da Assistência Social⁵⁰ (doravante LOAS), a qual tem como uma de suas prioridades o amparo às crianças e adolescentes carentes⁵¹.

No que se refere à perspectiva crítica do discurso no segmento anterior, podemos observar a articulação de vozes dos contextos público e privado. Em oposição ao curso gratuito de ensino de inglês, que caracteriza a esfera pública, a expressão “Curso Standard” revela uma ‘comodificação’ da linguagem, característico do contexto privado. Ao segmentar a aprendizagem em níveis distintos, a expressão em destaque remete especificamente às crianças e adolescentes carentes como público alvo.

Após articularmos as metas e os objetivos que engendram a natureza do convênio, apontamos algumas indagações no que se refere à repercussão dessa proposta pedagógica na escolha dos alunos.

- Que concepções de alunos carentes, no âmbito da escola pública, podem justificar os critérios de seleção adotados para a realização do curso?

- Que critérios de seleção melhor se adequam às propostas do Convênio?

Com base nessas indagações, analisamos o segundo documento desse estudo com foco em outra perspectiva de análise: os critérios de acesso.

4.1.4

Análise dos Documentos: os critérios de acesso

Durante o mês de julho de 2008, tivemos acesso, por consentimento prévio, a uma circular interna⁵² referente à seleção dos alunos no referido convênio. Para melhor esclarecimento dessa questão, apresentamos um trecho do documento para posterior análise.

⁵⁰ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Ver anexo 2.5

⁵¹ Inciso II do Artigo.2º da lei supra. Ver anexo 2.5

⁵² O presente documento foi gerado para circulação interna na esfera pública. Sua elaboração ocorreu logo após reunião na sede da escola de línguas entre os professores do projeto e a supervisora acadêmica. Foi discutida, entre outros assuntos, a repercussão negativa em sala de aula da seleção dos alunos ao curso de inglês por sorteio, implementado por algumas diretoras das escolas-pólo. Anexo 2.2

Nesse ponto, cabe destacar a avaliação do curso X quanto à indicação de alunos por sorteio em algumas escolas-pólo. Segundo a Supervisora Acadêmica do curso, esse processo pode explicar um índice mais alto de desistência dos alunos. Portanto, ela sugere, tanto quanto possível, que a seleção de alunos seja resultado da observação do interesse pelo idioma por parte de alunos já comprometidos com seu próprio aprendizado na escola.

Quadro 3.

Conforme vimos anteriormente, a seleção dos alunos não é atribuição da escola de línguas. No entanto, o documento gerado sugere que deve haver um canal de comunicação entre as partes envolvidas no que se refere à divisão de atribuições. Com isso, observamos que a supervisora acadêmica desconsidera a questão do sorteio como regra de acesso ao curso de inglês. Do contrário, vincula o procedimento adotado a um índice significativo de evasão de alunos. Sugere, por essa razão, que a escolha dos alunos seja reflexo da sua motivação e comprometimento comprovados na sua própria aprendizagem escolar.

Nos valem dessas sugestões para apresentarmos nossas indagações sobre o assunto. Como podemos validar a motivação escolar do aluno para aprendizagem de línguas estrangeiras no contexto escolar, sobretudo na escola pública? Como diagnosticar, por exemplo, o seu nível de conhecimento na língua alvo se contexto público e privado possuem enfoques pedagógicos dissonantes? Acrescentamos a essas questões o item II da cláusula Terceira do Convênio ainda sobre a seleção dos alunos.

II – A seleção, por meio da Secretaria Municipal de Educação, dos alunos carentes que farão jus à bolsa de estudos:

Quadro 4.

Retomamos a indagação proposta na seção anterior sobre concepções de alunos carentes e aqui temos a intenção de articulá-las com o segmento acima. Em que âmbito a expressão ‘alunos carentes⁵³ que *farão jus* à bolsa de estudos’ se inscreve? Econômico? Social? Educacional? Todos em conjunto? Sobre esse

⁵³Não desenvolvemos um questionário social para descrição do perfil desses alunos em nossa pesquisa. Sustentamos o perfil do nosso público alvo nos dados gerados nas entrevistas em dois momentos. Ver entrevista com os alunos não selecionados (5.5) e alunos selecionados para o projeto (6.2; 6.2.1;6.2.2;6.2.3;6.2.4).

aspecto da pesquisa e, de acordo com a Resolução da Secretaria Municipal da Assistência Social (doravante SMAS) do Rio de Janeiro, os critérios para concessão de bolsas de estudos deverão atender, prioritariamente, à população em situação de maior vulnerabilidade social com foco em sua renda per capita⁵⁴.

Conforme apontamos na introdução desse estudo, o ponto referente à seleção dos alunos se mostra como um dos mais controversos por envolver, como vimos no trecho da circular, vozes dissonantes na própria esfera pública e dessa com a privada. Além disso, entremeam-se no nosso estudo aspectos sociais, políticos e econômicos.

Pretendemos analisar essa e também outras questões referentes ao Convênio nas vozes institucionais geradas nas entrevistas individuais, com os representantes da parceria e de grupo, com os dois grupos de alunos envolvidos no processo de seleção.

4.2. Análise das Vozes Institucionais

Para dar conta dos *papéis institucionais* e das *responsabilidades* de cada participante nesse estudo, elaboramos um roteiro de entrevista semi-estruturado com uma padronização de perguntas. Com esse instrumento desenvolvido na interação com os participantes, o objetivo da análise das entrevistas realizadas consiste também em chamar atenção para as *avaliações* feitas por cada participante em relação ao convênio.

A condução da pesquisa no formato de entrevista pressupõe, via de regra, o par adjacente pergunta/resposta. Nesse contexto de análise, constatamos, no entanto, que a natureza dos tópicos introduzidos pelo pesquisador e desenvolvidos pelos entrevistados contribuíram para o compartilhamento do piso conversacional (cf. Bastos e Pereira, 2001). Nesse sentido, o fluxo de tópicos, a retomada de

⁵⁴ Resolução nº.129, de 16 de junho de 2008. Esse ato discricionário da SMAS é uma redefinição da Resolução anterior (nº.12, de 14 de abril de 2005) para melhor atender à demanda da população carioca que não estava contemplada nos critérios de concessão de bolsas de estudos. Ver anexo 2.3

turnos orientam-se no âmbito da co-construção entre os participantes da entrevista.

Com base nos objetivos apresentados, passamos a analisar, respectivamente, as entrevistas da Supervisora Acadêmica, da Diretora da Escola Pólo e da Supervisora de Inglês da Prefeitura. Nessa parte do estudo, ressaltamos para cada análise os tópicos seguintes: os papéis institucionais, as responsabilidades e as avaliações sobre o convênio.

4.2.1.

A Entrevista com Sandra, a Supervisora da Escola de Línguas

A entrevista com Sandra teve duração de aproximadamente 35 minutos⁵⁵ e foi realizada, no decorrer do segundo semestre do ano de 2008, no Departamento Acadêmico da Escola de Línguas que integra o Convênio. O meu contato com a supervisora à época restringia-se à relação de supervisora acadêmica e professor de inglês do convênio, sobretudo nas reuniões semestrais pedagógicas realizadas na sede do Instituto. Analiso a nossa entrevista de acordo com os tópicos propostos na seção anterior.

4.2.1.1.

O papel institucional e as responsabilidades de Sandra no Convênio

No papel de pesquisador, iniciamos a entrevista com a pergunta referente ao papel institucional de Sandra no âmbito do Convênio Escola X de Idiomas e Prefeitura do Rio.

⁵⁵ todas as entrevistas dessa pesquisa foram gravadas em áudio.

10.	Pesquisador:	como é que você se--, qual é a sua função especificamente, como é
11.		que você se vê dentro desse--, desse convênio?=-
12.	Sandra:→	=tá, é:, a minha função:, ela-- se desdobra em:: duas:: partes,
13.		>podemos dizer assim[<, é:: eu tenho uma função como
14.	Pesquisador:	[hamham
15.	Sandra:	supervisora acadêmica do curso °basic°[que é a minha função
16.	Pesquisador:	[humhum::
17.	Sandra:	dentro do Curso X[, e como nós temos o basic course dentro do
18.	Pesquisador:	[hum
19.		convênio prefeitura, então toda a parte ↑pedagógica, em relação a
20.		esse curso--, referente a esse curso--, fica sob minha
21.	→	responsabilidade, >e o que que significa isso?<, a escolha de
22.		material didático, elaboração de testes, suporte de professores--,
23.		então toda a parte ↑pedagógica em relação ao curso basic fica sob
24.		minha responsabilidade[, então (essa é) dentro da minha parte
25.	Pesquisador:	[humhum
26.	Pesquisador:	[hamham
27.	Sandra:	recebi é:: a:, a função de:: ↑coordenar o projeto:: na sua:--:, é:: no
28.	→	seu desdobramento administrativo[, então ↑toda parte de
29.		[humhum
30.		organização administrativa ↑do convênio fica comigo, >que que
31.	→	significa isso?<, então eu faço a ligação-- eu sou o elemento de
32.		ligação com a secretaria municipal de educação, eu faço a coleta de
33.		informações e dados que são necessárias para a secretaria:., eu faço
34.		toda a parte de montagem de turmas, alocação de professores--,
35.		tudo que envolve a logística pra que essas turmas possam acontecer
36.		↑dentro das escolas da prefeitura--, ↑então toda a parte- mais
37.		burocrática, administrativa e de logística fica sob minha
38.		responsabilidade.
39	Sandra:	acadêmica, como supervisora acadêmica[, ↑além disso eu também

Quadro 5.

No segmento acima, percebemos que Sandra considera o seu papel institucional (cf. Zimmerman, 1998) no Convênio um desdobramento da sua função como supervisora pedagógica do segmento *basic* dentro do Instituto de Línguas. Como estratégia de envolvimento, ela mantém o turno colocando-se no papel do pesquisador ao elaborar pergunta de esclarecimento(*linha 21*)(cf. Schiffrin, 1994;1995:173) sobre a sua identidade institucional (cf. Zimmerman, 1998; Pereira e Silveira, 2006). Com isso, passa a descrever detalhadamente as responsabilidades relativas ao cargo que ocupa. Em seguida, para manter o turno da conversa adota novamente a pergunta de esclarecimento(*linha 31*) para descrever a função de coordenadora administrativa do Convênio e suas respectivas responsabilidades (*Vide itens I e VIII, Cláusula Terceira Anexo 2.I*).

Em seguida, tento analisar o Convênio no âmbito político e pergunto o posicionamento de Sandra sobre essa questão.

54.	Pesquisador:	E você-, você--, >quer dizer<-, a gente pode dizer que você tem
55.		um::--, entre-lugar, você fica no, no peda↑gógico e <u>no</u> : político--,
56.		político-pedagógico? (5) ((entrevistado tosse entre a pausa))
57.	Sandra:	°Político no sentido relacionamento com[as esferas políticas°[,
58.	Pesquisador:	[é--, sim--,
59.	Sandra:	<u>altas</u> [esferas da política ↑ <u>não</u> , porque eu não tenho, >por exemplo<
60.	Pesquisador:	[((o entrevistador sorri))
61.	Sandra:	<u>acesso</u> , à ↑secretária municipal de educação,[é, eu não tenho
62.	Pesquisador:	[humhum
63.	Sandra:	acesso ao prefeito, ↓>ham<=
64.	Pesquisador:	=certo=
65.	Sandra:	=(então) o, o contato político inicial dentro do convênio foi feito
66.	→	pela diretoria do curso X e:: o gabinete do prefeito[, então eu não tenho
67.	Pesquisador:	[sim
68.	Sandra:	<u>esse</u> acesso=

Quadro 6.

No que se refere à análise do Convênio na esfera político-administrativa, Sandra alega que o projeto foi criado no âmbito das esferas políticas (*linha 66*), da qual ela não faz parte. Sandra avalia o seu trabalho como um elemento de ligação (*linha 73*) entre diferentes esferas no contexto educacional.

73	Sandra→	como eu sirvo de elemento de ligação, eu fico <u>diretamente</u> com a
74		professora de inglês[que faz a coordenação de todos os projetos

Quadro 7.

Ainda sobre o seu papel institucional no Convênio, retomamos essa questão (*linha 88*) com fins de maior esclarecimento sobre a sua percepção da função de um coordenador pedagógico.

88	Pesquisador	como você se ↑ <u>vê</u> , um elo?, >um shi-- , um, um<, um link, um elo?= [sim
----	-------------	--

Quadro 8.

97.	Sandra:	supervisor acadêmico::, ele tem que se colocar ↑à disposição <u>dos</u>
98.		professores, ele tem que <u>fazer</u> a ligação entre o que uma instituição
99.		↑ <u>quer</u> [e: o professorado que ali está, então, em última análise, você

Quadro 9.

Constatamos que Sandra, nesta fase da entrevista, assume e ratifica os seus papéis institucionais que envolvem o setor administrativo e pedagógico do Convênio. No entanto, ela nega que o seu papel institucional esteja relacionado ao papel político de entre-lugar (político-pedagógico). Passamos a analisar a entrevista com a Diretora da Escola Pólo, onde o curso de inglês está implantado.

4.2.2.

A Entrevista com Rosa, a Diretora da Escola Pólo

A entrevista com a Diretora da Escola Pólo teve a duração de 17 minutos, aproximadamente, e foi realizada em seu gabinete, onde atua como gestora há dezessete anos. O nosso primeiro contato ocorreu quando ingressei na parceria Escola de Línguas-Prefeitura no papel de professor de inglês. Rosa é também professora de inglês concursada na rede municipal e já teve contato com a Escola de Línguas em foco, no papel de aluna.

4.2.2.1.

Os papéis institucionais e as responsabilidades da Diretora da Escola

Na abertura da entrevista, perguntamos à Rosa sobre a sua percepção em relação ao que faz dentro do Convênio. Para nossa surpresa, ela não responde ao que lhe foi proposto. Começa então na sua fala a avaliar o projeto positivamente a partir de sua identificação pessoal, conforme podemos observar a seguir.

1.	Pesquisado r:	olha só, eu queria que você falasse- (3), ↑ nesse convênio--, qual é a
2.		<u>sua função</u> nesse convênio e como você se <u>vê</u> nesse convênio?
3.	Rosa:	antes de mais nada--, eu, eu::, ↓ °achei o convênio°, eu ↑ <u>acho</u> o
4.	→	convênio extremamente interessante--, porque?, porque eu fiz curso x,
5.	→	então, agente que fez um curso de inglês, seja curso x >seja qualquer
6.		outro<, mas eu, em especial curso x, porque eu fiz o curso x todo--, então
7.	→	agente percebe que os alunos como nossa--, como da nossa
8.		comunidade--, eles não ↑ <u>têm</u> --, nem eles, nem os responsáveis--,
9.		eles não têm <u>noção</u> do que que é um curso de inglês particular <u>de</u>
10.		<u>qualidade</u> , (.)↑como o curso x, >eles não têm essa noção<[, então esse
12	Rosa:	é o primeiro ponto--, segundo [e a ↑oportunidade que eles têm de
13.		ter acesso a <u>esse</u> curso (.), né? com o material <u>do</u> curso x, com o

Quadro 10.

De acordo com o segmento acima, Rosa não fala, a princípio, sobre as suas atribuições enquanto gestora de uma escola pólo do município onde o projeto de ação social é realizado. Afasta-se do papel de gestora com o emprego de duas estratégias discursivas: emprega o footing (cf. Goffman, 2002) de ex-aluna do próprio curso em análise (*linha 4*) e busca alinhamento com o entrevistador (*linhas 5 e 7*) para descrever o perfil sócio-cultural da comunidade escolar com quem convive.

O turno se desenvolve a partir de dois eixos temáticos propostos pela informante e separados por marcadores discursivos de enumeração: expõe a dificuldade da comunidade escolar em reconhecer um curso de inglês de qualidade (*linha 7*) e avalia o convênio como forma de ascensão social futura para os alunos beneficiados com o projeto, conforme o segmento abaixo.

19.	Rosa:	e::, nono ano, (.) e o ele sai como uma ↑ <u>base</u> (.) que ele pode--, a
20.		partir dali, ele pode--:, <u>alçar</u> qualquer voo--, ↑mesmo que, quando

Quadro 11.

Retomamos a partir da segunda pergunta à nossa proposta inicial de ouvir, no discurso da diretora, reflexões sobre a sua identidade profissional no âmbito do Convênio, que agora passamos a analisar.

25.	Pesquisador:	(3) e:, e:, (.) e: na sua função, qual seria a sua função, específica
26.		nesse convênio? =
27.	Rosa:	=enquanto ↑gestora da escola mestre(de castêlo)? [,↑primeiro,
28.	Pesquisador:	[exatamente
29.		primeiro agente--, tem tido, >↑graças a deus< o bom senso de
30.	→	aceitar que o convênio fosse aqui porque >na realidade<, (.) tanto a
31.		sme como a coordenadoria--, eles não impõem ↑absolutamente
32.	→	nada, agente sabe que é um trabalho a mais, que agente tem que
33.	→	verificar quem entra e quem sai, >não tem porteiro<, agente sabe
34.		que tem que disponibilizar sala, material, até prá poder, até prá
35.		poder, >funcionar bem<[, mas eu acho que--, (.) >quando os alunos

Quadro 12.

No segmento anterior, Rosa passa a identificar-se como gestora da escola pólo e a relacioná-la com o projeto alocado em sua unidade escolar. Nesse papel institucional, ela aceita o convênio (*linha 30*) apesar das dificuldades de toda ordem que se impõem a qualquer gestão envolvida com projetos sociais. (*linhas 32-33*).

Em outra fase da entrevista, Rosa afirma que o objetivo maior para se tornar gestora de uma escola pólo de curso de inglês consiste em beneficiar o aluno. Desse modo, ela avalia a sua função dentro da escola pública do município no âmbito pedagógico e social, situando sua identidade institucional no contraponto entre o contexto micro e macro (*linha 60*) (cf. Zimmerman, 1998), como podemos observar no trecho seguinte

59	Rosa:	entendeu? ↑então, o nosso aluno só tem acesso a outras coisas se
60	→	↑nós abrimos a escola pra que as outras coisas entrem, senão ele
61		não >vai (ficar conhecendo) nada<, ele vai ficar completamente:--,
62		fechado no mundinho dele aqui=

Quadro 13.

Com base nessa percepção do trabalho da Rosa no papel de gestora, retomamos na pergunta seguinte a questão inicialmente proposta. Nosso objetivo era que ela mesma pudesse desenvolvê-lo.

63	Pesquisador:	=então você, você poderia dizer que a sua função seria a de--, abrir
64		essa--, abrir--, ser um canal=
65	Rosa:	=°↑abrir a escola para toda e qualquer proposta do município(.), que
66		venha contribuir com o meu aluno° ((fala marcadamente pausada)),
67	Pesquisador:	(3) ai você, você=
68	Rosa:	=eu tenho que abrir as ↑portas pra o meu aluno, então para isso eu
69		tenho iheu aqui, tenho o escola aberta, que é um projeto que
70		também dá ↑traba:lho, porque--, final de semana--, >imagina se eu
71		ficasse--, 'não, não vou abrir a escola", >(não existe)<=

Quadro 14.

Constatamos que, na visão de Rosa, a sua identidade institucional no Convênio consiste em ampliar as oportunidades de acesso dos alunos de sua comunidade escolar a projetos que se traduzam, de alguma forma, como possibilidade de ascensão social. No entanto, ela constrói identitariamente sua imagem com base nos sacrifícios que integram o cotidiano do contexto escolar no âmbito público.

4.2.3.

A Entrevista com Elisa, a supervisora de Inglês da Prefeitura

A entrevista com Elisa foi realizada no decorrer do segundo semestre de 2008 e teve a duração de vinte minutos, aproximadamente. O encontro foi realizado no prédio central da Prefeitura do Rio, no setor de inglês do Departamento de Ensino Fundamental. Em oportunidades anteriores, entramos em contato com a Supervisora durante eventos de formação continuada promovidos, à época, pela SME. Passamos a análise da entrevista:

4.2.3.1. Os papéis institucionais e as responsabilidades de Elisa

De forma análoga às entrevistas anteriores, perguntamos a Elisa, na abertura do evento, o seu papel institucional no âmbito do Convênio. Ela nos responde alegando que não teve participação no projeto desde a sua gênese. Além disso, nos informa também de que a sua entrada no projeto se deve a mudanças que ocorreram na estrutura de participação da equipe, conforme o segmento abaixo:

07		como você se vê, nesse projeto que já tem sete anos
08	Elisa:	olha só--, é--, primeiro era interessante situar de que eu ↑ não
09	→	participei é::, disso no início[é:: que havia uma outra professora
10	Pesquisador:	[humhum
11	Elisa:	de::, de inglês na::--, a ↑equipe era composta por uma outra
12		professora--,[na verdade:::, a <u>estrutura</u> daqui era diferente, existia o
13	Elisa:	[humhum
14	Elisa:	que se chamava é:: equipe de língua portuguesa e línguas
15		estrangeiras--:, era:: >(vamos dizer)<, um trabalho junto, então--:,

Quadro 15.

Logo em seguida a essa fase da entrevista, percebemos que Elisa não se coloca à frente da supervisão do Convênio no âmbito do contexto público. Após ter apontado mudanças nas denominações da equipe, atribui a função de supervisão a outras pessoas não mais presentes na instituição. Por isso, define o seu papel institucional no convênio como um elo (*linha 26*) entre a Prefeitura e a Escola de Línguas, porém de natureza conjuntural.

18	Elisa:	é, foi a::↓cho que a professora solange que era--, a supervisora
19		desse--, dessa estrutura que se chamava <u>projeto</u> [de língua
20	Pesquisador	[humhum
21	Elisa:	portuguesa--, >nem se chamava equipe<, se chamava projeto de
22		língua portuguesa e línguas estrangeiras--, é--, e logo depois que
23		fico::u à frente foi a, a:: sara--, sara (gões),[e ai foi <u>quando</u> a
24	Pesquisador	[()
25	Elisa:	solange veio a se aposentar é:: (.), eu passei a ter a seguinte atribuição
26	→	(.), que é::-- (.), simplesmente de servir de canal--, a::-- de
27		<u>comunicação</u> -- (2) é:: (.) e::, °vamos dizer:: °, ↓talvez algum
28		controle--, no que se refere a::-- , se esse projeto, ↑naquilo que ele se
29		propõe, está acontecendo desta forma--, [é--, ou seja, com as turmas

Quadro 16.

A partir dessa fase do evento, convém chamar a atenção para o fato de que em momento algum, Elisa assume e ratifica o seu papel institucional no Convênio. Reiteradas vezes nega qualquer tipo de intervenção pedagógica durante a execução do projeto. Reafirma na sua fala que as atribuições pedagógicas estão na competência da Escola de Línguas (*cf. Item III Cláusula IV do Convênio; Anexo 2.1*), conforme o trecho seguinte nos apresenta;

67	Pesquisador	=humhum, humhum, você falou que não tem é::, é::,
68		>anteriormente você disse que não< <u>tem</u> , como acompanhar de
69		perto, né? assim=
70	Elisa	de perto no sentido de::-- , da-- , >por exemplo<-- , no:-- , não::-- , não
71		tá previsto no convênio-- , em que agente vá fazer, por exemplo,
72	→	uma:: um acompanhamento da <u>aula</u> , uma observação
73		de <u>aula</u> , [em que agente vá fazer:: <u>sugestões</u> , ou-- , ou-- (.), até
74	Pesquisador:	[humhum, humhum, humhum
75	Elisa	<u>críticas</u> em relação a questão pedagógica [↑>porque não é
76	Pesquisador	[humhum

77	Elisa:	atribuição (disso), ↑as <u>atribuições</u> no que se refere, né? as questões
78	→	pedagógicas[é--, é--, envolvem o (curso X), >↑agora<, obviamente

Quadro 17.

Na verdade, a supervisão de Elisa se limita, segundo ela, a solucionar questões pontuais, de natureza prática, não necessariamente pedagógicas (*linha 78*) . Sua identidade institucional se constrói negando seus entre-lugares do contexto público e privado, administrativo e pedagógico.

4.2.4.

Sandra, Rosa e Elisa: avaliações sobre os papéis institucionais e responsabilidades no Convênio

Nesta seção, analisaremos as relações que se estabeleceram entre Sandra, Rosa e Elisa no que se refere ao tópico em foco.

Em relação ao Convênio, constatamos que o posicionamento de Sandra, nesta fase da entrevista, remete a uma voz institucional que assume e ratifica os comprometerimentos e as atribuições do cargo de supervisão pedagógica por ela ocupado. Do ponto de vista interacional, os enunciados de Sandra a tornam, simultaneamente, “animador” e “autor” do discurso (Goffman, 1981) . Durante essa fase do evento, sua fala é construída em primeira pessoa numa perspectiva de aceitação de seu papel institucional, tanto no âmbito pedagógico (*linhas 19-21- “então toda a parte pedagógica referente a esse curso fica sob a minha responsabilidade”*) quanto na esfera administrativa (*linhas 37-39*) – “ *então toda a parte mais burocrática, administrativa e de logística, fica sob a minha responsabilidade*”.

No entanto, ao aceitar o convênio, Rosa constrói a imagem de diretora mártir disposta a atender aos seus alunos a despeito dos sacrifícios que implicam nesta decisão. Para avaliar o convênio, faz uso de diferentes papéis sociais, caracterizando *footings* distintos em sua fala. Desse modo, para avaliar o projeto em análise, assume inicialmente o papel de ex-aluna do curso em tela, professora

de inglês e finalmente de gestora escolar. De maneira oposta à Sandra, em relação ao convênio, divide as responsabilidades de seu papel institucional com os todos os membros de sua escola pólo (*linhas 29-31- “primeiro a gente tem tido, graças a Deus o bom senso de aceitar que o convênio fosse aqui”*).

O tópico sobre o papel institucional com Elisa foi desenvolvido a partir do seu não-comprometimento com as atribuições e responsabilidades do cargo. No seu discurso, nessa fase da entrevista, constatamos que ela se exime das suas atribuições no projeto em análise. Desde o início, aponta uma terceira pessoa (*linhas 9-11 – ‘ havia uma outra professora de inglês’, ‘ a equipe era composta por uma outra professora’*), o que pode sugerir para nós um discurso pragmaticamente marcado por informações vagas e imprecisas na sua avaliação pessoal sobre o convênio.

Quando passamos a tratar mais diretamente do seu papel institucional, constatamos o uso de marcadores discursivos na sua fala de modo a atenuar a força ilocucionária (cf. Pereira, 2001) referente à função de supervisão (*linhas 25-26 “eu passei a ter a seguinte atribuição...que é..simplesmente de servir de canal de comunicação”-linhas 36-38“foram pouquíssimas as situações em que houve necessidade de alguma intervenção”*). Na perspectiva sócio-interacional, sua voz atua como animador do discurso (Goffman, 1981).

Como apontamos na parte introdutória deste estudo, o contraponto entre as vozes e os discursos sobre o convênio se evidencia, principalmente, no acesso dos alunos ao curso de inglês em análise. Apresentamos a seguir, na abertura do capítulo, o item II da Cláusula Terceira do Contrato que trata da escolha dos alunos para a realização do curso, tema que pretendemos desenvolver nas seções seguintes.

Quando passamos a tratar mais diretamente do seu papel institucional, constatamos o uso de marcadores discursivos na sua fala de modo a atenuar a força ilocucionária (cf. Pereira, 2001) referente à função de supervisão (*linhas 25-26 “eu passei a ter a seguinte atribuição...que é..simplesmente de servir de canal de comunicação”-linhas 36-38“foram pouquíssimas as situações em que houve necessidade de alguma intervenção”*). Sua voz institucional é marcadamente polifônica e na perspectiva sócio-interacional atua apenas como animador do discurso (Goffman, 1981).

Apresentamos a seguir, na abertura do capítulo, **o item II da Cláusula Terceira do Contrato** que trata da escolha dos alunos para a realização do curso, tema que pretendemos desenvolver nas seções seguintes.